

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.236 - RO
(2019/0264783-6)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGRAVADO : MARIO SERGIO LEIRAS TEIXEIRA
ADVOGADOS : NELSON CANEDO MOTTA - RO002721
GUSTAVO NÓBREGA DA SILVA - RO005235
IGOR HABIB RAMOS FERNANDES - RO005193
RAFAEL MAIA CORREA - RO004721
RAÍSA ALCÂNTARA BRAGA - RO006421
AGRAVADO : WILSON GOMES LOPES
ADVOGADOS : FERNANDO SOARES GARCIA - RO001089
SÉRGIO GASTÃO YASSAKA - RO004870
WILLIAM FERNANDES MORAES DE SOUZA -
RO005698
ELISEU FERNANDES DE SOUZA - RO000076A
AGRAVADO : WALTER FERNANDES FERREIRA
ADVOGADOS : EDMAR DA SILVA SANTOS - RO001069
JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS - RO004244
ALEXANDER NUNES DE FARIAS - RO009364
AGRAVADO : VERA LUCIA DA SILVA
ADVOGADO : WALMIR BENARROSH VIEIRA - RO001500
AGRAVADO : MARIANA MATOS MARQUES
ADVOGADOS : MÉLANIE GALINDO MARTINHO AZZI - RO003793
NAGEM LEITE AZZI SANTOS - RO006915
AGRAVADO : BERGSON MIRANDA DE OLIVEIRA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME PREVISTO NO ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993. ELEMENTO SUBJETIVO ESPECIAL E PREJUÍZO AO ERÁRIO. INDICAÇÃO. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Conforme orientação desta Corte, a caracterização do delito previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/1993 exige a indicação do elemento subjetivo especial (finalidade específica) e a demonstração do efetivo prejuízo aos cofres públicos, o que não ocorreu na hipótese, a qual nem sequer houve a descrição de tais elementos na denúncia.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**